

Enciclopédia do Românico em Portugal

PORTUGAL

VOLUME I

Enciclopédia do Românico em Portugal

PORTUGAL

VOLUME I

Diretor

José María Pérez González

Coordenação geral

Jaime Nuño González

Coordenação científica

Maria Leonor Botelho

Mário Jorge Barroca

Lúcia Cardoso Rosas

César Guedes



Centro de Estudios del Románico

AGUILAR DE CAMPOO

2023

Coordenação geral

JAIME NUÑO GONZÁLEZ

Coordenação científica

MARIA LEONOR BOTELHO
MÁRIO JORGE BARROCA
LÚCIA CARDOSO ROSAS
CÉSAR GUEDES

Coordenação técnica

CÉSAR GUEDES
PEDRO LUIS HUERTA HUERTA

Administração

REYES ALONSO CASTREÑO

Autores dos textos

Estudos introdutórios gerais

ADELAIDE MIRANDA
ANA CRISTINA SOUSA
JOSÉ AUGUSTO SOTTOMAYOR-PIZARRO
LÚCIA CARDOSO ROSAS
LUÍS CARLOS AMARAL
LUÍS CORREIA DE SOUSA
LUÍSA TRINDADE
MARIA LEONOR BOTELHO
MARIA JOÃO MELO
MÁRIO JORGE BARROCA
NUNO RESENDE
PAULA PINTO COSTA

Estudos dos testemunhos românicos

ADELAIDE MIRANDA (AM)
ALICIA MIGUÉLEZ CAVERO (AMC)
ANA CRISTINA SOUSA (ACS)
CÉSAR GUEDES (CG)
CLÁUDIA CUNHA (CC)
ISABEL CRISTINA FERREIRA FERNANDES (ICFF)
JOANA LENCART (JL)
LÚCIA CARDOSO ROSAS (LCR)
LUÍS CORREIA SOUSA (LCS)
MANUEL PEDRO FERREIRA (MPF)
MARIA JOÃO MELO (MJM)
MARIA LEONOR BOTELHO (MLB)
MÁRIO CUNHA (MC)
MÁRIO JORGE BARROCA (MJB)
MÁRIO VARELA GOMES (MVG)
NUNO RESENDE (NR)
RITA CASTRO (RC)
ROSA VARELA GOMES (RVG)
SILVANA VIEIRA DE SOUSA (SVS)
TIAGO CRUZ (TC)

Autores das fotografias

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO
(ANTT)
BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (BNF)
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO
(BPMP)

BING MAPS
BRITISH MUSEUM (BM)
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (CME)
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA POUCA DE
AGUIAR (CMVPA)
CÉSAR GUEDES (CG)
CLÁUDIA CUNHA (CC)
DIREÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E
MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN)
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO NORTE
(DRCN)
FRANCISCO PIQUEIRO/FOTO ENGENHO (FP)
GIL MARTINS (GM)
GOOGLE MAPS
JAIME NUÑO GONZÁLEZ (JNG)
JOÃO FERRAND FOTOGRAFIA (JFF)
LUÍS FERREIRA ALVES (LFA)
LUÍSA TRINDADE (LT)
MARIA LEONOR BOTELHO (MLB)
MARIANA SILVA (MS)
MÁRIO JORGE BARROCA (MJB)
MÁRIO VARELA GOMES (MVG)
MARTA FERREIRA (MF)
MÉDIATHÈQUE JACQUES-CHIRAC, TROYES
CHAMPAGNE MÉTROPOLE (MJCTCM)
MICHAEL SCHLAPKOHL (MSCH)
MUSEU DE ARTE SACRA DE AROUCA (MASA)
MUSEU DE ARTE SACRA DO FUNCHAL (MASF)
MUSEU NACIONAL GRÃO VASCO, DIREÇÃO-
GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL
(MNGV-DGPC)
NUNO BASTOS (NB)
NUNO RESENDE (NR)
PALAIS DES BEAUX-ARTS DE LILLE (PBAL)
ROSA VARELA GOMES (RVG)
ROTA DO ROMÂNICO (RR)
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓ-
NIO ARQUITETÓNICO / DIREÇÃO-GERAL DO
PATRIMÓNIO CULTURAL (SIPA-DGPC)
SILVANA VIEIRA DE SOUSA (SVS)
TESOURO MUSEU DE ARTE SACRA DA SÉ DE
VISEU (TMASV)
TIAGO CRUZ (TC)
UNIVERSITEIT LEIDEN, LEIDEN UNIVERSITY
LIBRARIES (UL)

Coordenação dos planos

TERESA CUNHA FERREIRA

Revisão dos planos

TERESA CUNHA FERREIRA
MARIANA CARVALHO

Desenhos elaborados para a

Enciclopédia do Românico em Portugal

GIL MARTINS (GM)
MARIANA SILVA (MS)

MARTA FERREIRA (MF)
MIGUEL TOMÉ (MT)
NUNO BASTOS (NB)
SIMONE RUIVO (SR)
TERESA CUNHA FERREIRA (TCF)

Fontes e cedência de planos

AGOSTINHO LEMOS (AL)
AMÂNDIO CUPIDO (AM)
ANA INÁCIO (AI)
ANDRÉ MACHADO (AM)
ANTÓNIO RIBEIRO (AR)
ARCHEO'ESTUDOS, LDA. (AEL)
BLEDIAN NELLA (BN)
CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL
(CMAS)
CÂMARA MUNICIPAL DE ALONDROAL (CMAL)
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR (CMAR)
CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO (CMG)
CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO (CMLAM)
CÂMARA MUNICIPAL DE LANHOSO (CMLAN)
CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA (CMLEI)
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CMLIS)
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (CMPAL)
CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA (CMPEN)
CÂMARA MUNICIPAL DE SABUGAL (CMSAB)
CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES (CMSIL)
CÂMARA MUNICIPAL DE TRANCOSO (CMT)
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA
BARQUINHA (CMVNB)
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA POUCA DE
AGUIAR (CMVPA)
CRISTINA COSTA (CC)
DAVID MÓSCA (DM)
DIREÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E
MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN)
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO NORTE
(DRCN)
EDUARDO VILA-CHÃ (EVC)
EMPATIA. ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E
RESTAURO (EACR)
ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE
DO MINHO (EAUM)
FRANCISCO BARATA (FB)
FRANCISCO OLIVEIRA (FO)
FUNDACIÓN SANTA MARÍA LA REAL (FSMLR)
G. ALVES (GAL)
GABRIEL ANDRADE (GAN)
GABRIEL SILVA (GS)
GABRIELA VASCONCELOS (GV)
GONÇALO BYRNE (GB)
HUGO ALMEIDA (HA)
HUGO MONTE (HM)
HUGO PIRES (HP)
ISABEL NORTON (IN)
JOANA ARAÚJO (JAR)
JOANA MOREIRA (JM)
JOSÉ AGUIAR (JAG)
JOSÉ NEVES (JN)

JORGE DA COSTA (JC)
L. LIMA (LL)
LÍDIA COSTA (LC)
LUÍS RODRIGUES (LR)
LUÍS TRINIDADE (LT)
MÁRIO JORGE BARROCA (MJB)
MARTA FERREIRA (MF)
MIGUEL MALHEIRO (MM)
MIGUEL ROCHA (MR)
MIGUEL TOMÉ (MT)
NILMA MUÑOZ (NMU)
NUNO MOREIRA (NMO)
PABLO BAÑASCO (PB)
PEDRO AZEVEDO (PA)
PEDRO BISCAIA (PBI)
PEDRO NOGUEIRA (PN)
PEDRO PACHECO (PP)
PRATIK GAJJAR (PG)
R. OLIVEIRA (RO)
RAQUEL PINHO (RP)
RICARDO DIAS (RD)
RICARDO TEIXEIRA (RT)
ROSA VARELA GOMES (RVG)
ROTA DO ROMÂNICO (RR)
RUI COUTO (RC)
RUI FARIA (RF)
SANDRA RALHA (SR)

SÉRGIO AZEVEDO (SA)
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO / DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (SIPA-DGPC)
SILVIA MENDES (SM)
SUSANA COSME (SC)
TERESA CUNHA FERREIRA (TCF)
TIAGO CARVALHO (TC)
TOPARCOS, LDA. (TAL)
VISTRAÇO. ATELIER DE ARCHITECTURE E ENGENHARIA, LDA. (VAAEL)

Revisão bibliográfica

CÉSAR GUEDES

Índices

JAIME NUÑO GONZÁLEZ

Cartografia

DIELMO 3D, S.L.

Edição

JESÚS HERRÁN CEBALLOS

Supervisão

BEGOÑA DIEZ MIGUELÁÑEZ

Edita

FUNDACIÓN SANTA MARÍA LA REAL DEL PATRIMONIO HISTÓRICO
Centro de Estudios del Románico
Monasterio de Santa María la Real
34800-Aguilar de Campoo (Palencia)
www.encyclopediadelromanico.com

© Dos textos, das fotografias e dos planos: autores

© Da edição: Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico

ISBN (obra completa) 978-84-17158-41-5

ISBN (tomo I) 978-84-17158-42-2

ISBN (tomo II) 978-17158-43-9

ISBN (tomo III) 978-17158-44-6

Depósito legal: P 151-2023

Design e impressão

CAMUS IMPRESORES, S.L.

Parque Emp. de Morero, parcela 2-11,
nave 19 / 39611 Guarnizo (Cantabria)

Agradecimentos

A Fundação Santa María la Real manifesta a sua gratidão a todos aqueles e a todas as instituições que tornaram possível este trabalho, desde o seu início até à sua conclusão, superando dificuldades e abrindo caminho, sempre com absoluta bondade e muitas vezes desinteressadamente, facilitando os nossos pedidos. Gostaríamos, especialmente, de agradecer ao grande grupo de pessoas anónimas, párocos ou paroquianos, que abriram as portas das igrejas, ou aos colaboradores dos museus e monumentos que tornaram possível o acesso às peças ou a espaços mais res- tritos. Agradecemos por terem aguardado com infinita paciência o tempo que foi necessário para podermos desenvolver o nosso trabalho. Sem a sua ajuda, este trabalho e o estudo e conservação do património cultural, em geral, seria impossível.



FUNDACIÓN
RAMÓN ARECES



Sumário

APRESENTAÇÕES

José María Pérez González <i>Diretor da Enciclopédia do Românico na Península Ibérica</i>	15
Raimundo Perez-Hernández <i>Diretor Geral da Fundación Ramón Areces</i>	17
Apresentação geral <i>Maria Leonor Botelho, Mário Jorge Barroca, Lúcia Maria Cardoso Rosas e César Guedes</i>	19

ESTUDOS

A aristocracia e a expansão do românico (séculos XI - XIII) <i>José Augusto Sotomayor-Pizarro</i>	25
A restauração eclesiástica do Norte hispânico e a formação da primeira rede diocesana portuguesa (séculos XI-XIII) <i>Luís Carlos Amaral</i>	41
As Ordens Militares na época românica <i>Paula Pinto Costa</i>	61
A pontística medieval <i>Nuno Resende</i>	75
Urbanismo na época românica <i>Luísa Trindade</i>	87
Arquitetura civil e militar portuguesa durante o Românico <i>Mário Jorge Barroca</i>	103
Arquitetura Românica de função religiosa <i>Lúcia Cardoso Rosas</i>	119
Para Deus o melhor... Ourivesaria e torêutica do Românico <i>Ana Cristina Sousa</i>	139
Manuscritos iluminados do Românico <i>Adelaide Miranda, Luís Correia de Sousa e Maria João Melo</i>	159
Os restauros da DGEMN e a construção da imagem do românico português <i>Maria Leonor Botelho</i>	175

CATÁLOGO

VOLUME I

ÁGUEDA (Lamas do Vouga)	191
<i>Ponte do Cabeço de Vouga</i>	191
ALANDROAL (Juromenha)	195
<i>Castelo de Juromenha</i>	195
ALCÁCER DO SAL (Alcácer do Sal)	203
<i>Castelo de Alcácer do Sal</i>	203
ALCOBAÇA (Alcobaça)	211
<i>Castelo de Alcobaça</i>	211
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>	215
<i>Mosteiro de Santa Maria. Jacente da Rainha D. Urraca</i>	220
ALJEZUR (Aljezur)	227
<i>Castelo de Aljezur</i>	227
<i>Ribãt de Arrifana</i>	230
AMARANTE (Freixo de Baixo)	239
<i>Mosteiro do Divino Salvador</i>	239
AMARANTE (Gatão)	247
<i>Igreja de São João Batista</i>	247
AMARANTE (Gondar)	253
<i>Igreja de Santa Maria</i>	253
AMARANTE (Jazente)	261
<i>Igreja de Santa Maria</i>	261
AMARANTE (Lufrei)	267
<i>Mosteiro de São Salvador</i>	267
AMARANTE (Mancelos)	271
<i>Mosteiro de São Martinho</i>	271
AMARANTE (Padronelo)	281
<i>Paço de Dona Loba</i>	281
AMARANTE (Real)	285
<i>Igreja de São Salvador</i>	285
AMARANTE (Telões)	289
<i>Igreja de Santo André</i>	289
AMARANTE (Travanca)	295
<i>Mosteiro de São Salvador</i>	296
AMARES (Pousada)	311
<i>Ponte do Porto</i>	311
AMARES (Santa Maria de Ferreiros)	315
<i>Torre de Vasconcelos</i>	315
ARCOS DE VALDEVEZ (Ermelo)	321
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>	322
ARCOS DE VALDEVEZ (Giela)	335
<i>Paço de Giela</i>	335
ARCOS DE VALDEVEZ (Miranda)	339
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>	339
ARCOS DE VALDEVEZ (Monte Redondo)	343
<i>Igreja de São Martinho/São Bartolomeu</i>	343
ARCOS DE VALDEVEZ (Sabadim)	347
<i>Igreja de São Salvador</i>	347

ARCOS DE VALDEVEZ (Comenda de Távora)	351
<i>Capela de São João Batista da Comenda</i>	351
ARMAMAR (Armamar)	359
<i>Igreja de São Miguel</i>	360
AROUCA (Arouca)	369
<i>Mosteiro de Arouca. Díptico-relicário de Arouca</i>	369
AROUCA (Santa Eulália).....	385
<i>Marmoiral de Santo António</i>	385
BAIÃO (Ancede)	389
<i>Igreja Velha do mosteiro de Ermelo</i>	390
<i>Mosteiro de Santo André</i>	393
BAIÃO (Valadares).....	399
<i>Igreja de Santiago</i>	399
BARCELOS (Abade de Neiva).....	405
<i>Igreja de Santa Maria</i>	405
BARCELOS (Areias de Vilar)	413
<i>Mosteiro de Vilar de Frades</i>	413
BARCELOS (Balugães)	421
<i>Igreja Velha de São Martinho</i>	421
BARCELOS (Manhente)	425
<i>Mosteiro de São Martinho</i>	425
BARCELOS (Rio Covo - Santa Eulália)	435
<i>Igreja de Santa Eulália</i>	435
BARCELOS (Vila Cova)	441
<i>Mosteiro de São Salvador de Banho</i>	441
BARCELOS (Vila Seca)	447
<i>Igreja de Santiago</i>	447
BOTICAS (Covas do Barroso)	451
<i>Igreja de Santa Maria</i>	451
BRAGA (Braga)	455
<i>Sé/Catedral</i>	460
<i>Museu do Tesouro da Sé de Braga</i>	475
BRAGA (Gualtar).....	485
<i>Igreja de São Miguel</i>	485
BRAGA (Lomar)	489
<i>Igreja de São Pedro</i>	489
BRAGA (São Jerónimo de Real)	495
<i>Cenotáfio de São Martinho de Dume</i>	495
BRAGA (São Paio de Merelim / Vila do Prado)	505
<i>Ponte do Prado</i>	505
BRAGANÇA (Castro de Avelãs)	509
<i>Mosteiro de São Salvador</i>	510
BRAGANÇA (Santa Maria)	523
<i>Paço da Cisterna (Domus Municipalis)</i>	524
CABECEIRAS DE BASTO (Cavez)	535
<i>Ponte de Cavez</i>	535
CAMINHA (Arga de Baixo)	541
<i>Mosteiro de São João</i>	541
CAMINHA (Vile).....	545
<i>Igreja de São Pedro de Varais</i>	546

CANTANHEDE (Sepins)	553
<i>Igreja de São João Batista. Tímpano</i>	553
CARRAZEDA DE ANSIÃES (Selores)	555
<i>Castelo de Ansiães</i>	555
<i>Igreja de São Salvador de Ansiães</i>	562
CASTRO DAIRE (Ermida)	577
<i>Mosteiro da Ermida do Paiva</i>	577
CELORICO DE BASTO (Arnóia)	591
<i>Castelo de Arnóia</i>	591
<i>Mosteiro de São João</i>	595
CELORICO DE BASTO (Fervença)	601
<i>Igreja do Divino Salvador</i>	601
CELORICO DE BASTO (Ribas)	607
<i>Mosteiro do Salvador</i>	607
CELORICO DE BASTO (Veade)	615
<i>Igreja de Santa Maria</i>	615
CHAVES (Cimo de Vila de Castanheira)	623
<i>Igreja de São João Batista</i>	623
CHAVES (Outeiro Seco)	627
<i>Capela de Nossa Senhora da Azinheira</i>	628
CHAVES (Santa Leocádia de Montenegro)	637
<i>Igreja de Santa Leocádia</i>	637
CHAVES (Santa Maria Maior)	645
<i>Igreja de Santa Maria Maior</i>	645
CHAVES (São Julião de Montenegro)	649
<i>Igreja de São Julião</i>	649
CHAVES (Vale de Anta)	655
<i>Capela da Granjinha</i>	655
CINFÃES (Oliveira do Douro)	659
<i>Igreja de São Pedro da Ermida</i>	660
CINFÃES (Souselo)	663
<i>Igreja de Santa Maria de Escamarão</i>	663
CINFÃES (São Cristóvão de Nogueira)	669
<i>Igreja de São Cristóvão</i>	669
CINFÃES (Taruquela)	677
<i>Mosteiro de Santa Maria Maior</i>	678
COIMBRA (Coimbra)	691
<i>Cidade</i>	691
COIMBRA (Almedina)	703
<i>Sé-Velha</i>	703
<i>Museu Nacional de Machado de Castro</i>	731
COIMBRA (Santa Cruz)	765
<i>Mosteiro de Santa Cruz</i>	765
<i>Igreja de Santa Justa (vestígios)</i>	772
COIMBRA (São Bartolomeu)	775
<i>Igreja de Santiago</i>	775
COIMBRA (São Paulo de Frades)	789
<i>Igreja de São Paulo</i>	789
COIMBRA (Sé Nova)	793
<i>Igreja do Salvador</i>	793

As ordens militares na época românica

Paula Pinto Costa

A transição do século X para o XI foi a muitos títulos notável em termos históricos e determinante para os tempos que se seguiram. A mudança singular que ocorreu acabou por se refletir numa cronologia muito alargada. No que toca às Ordens Religioso-Militares, já no final do século XI, e ao longo de apenas cinco anos, ocorreram três episódios muito significativos. Foram eles a realização do concílio de Clermont convocado pelo papa Urbano II para discutir a situação preocupante por que atravessava a Igreja cristã, acabando por ser proclamada a primeira cruzada (1095), a concessão do Condado Portucalense a D. Henrique e a D. Teresa (1096) e a conquista da cidade de Jerusalém pelas forças cristãs ocidentais como resultado da primeira cruzada (1099). As consequências que daqui surgiram são muito diversas. Por um lado, acentuou-se a aproximação dos dois extremos do mar Mediterrâneo pela identificação das circunstâncias históricas que os caracterizavam, na medida em que eram ambos marcados pela vivência frente a frente de cristãos e muçulmanos. O estigma confessional e cultural que daqui emergia e o objetivo de conquista e de domínio sobre novos territórios tornaram estes povos inimigos entre si, embora sejam conhecidas diversas relações de cooperação, sobretudo no plano económico, e de convivência pacífica.

É precisamente neste contexto que surgiram as Ordens Religioso-Militares. Associadas a uma nova forma de estar no quadro da Igreja, a qual atravessava um longo processo de reforma, estas Ordens distinguiam-se pela defesa de um ideal de guerra como fator de orientação espiritual e de salvação e pela forte aposta no compromisso com a sociedade leiga. Em simultâneo,

Esplanada das Mesquitas em Jerusalém. As primeiras Ordens Militares nasceram naquela cidade após a conquista dos cruzados em 1099 (Foto JNG)

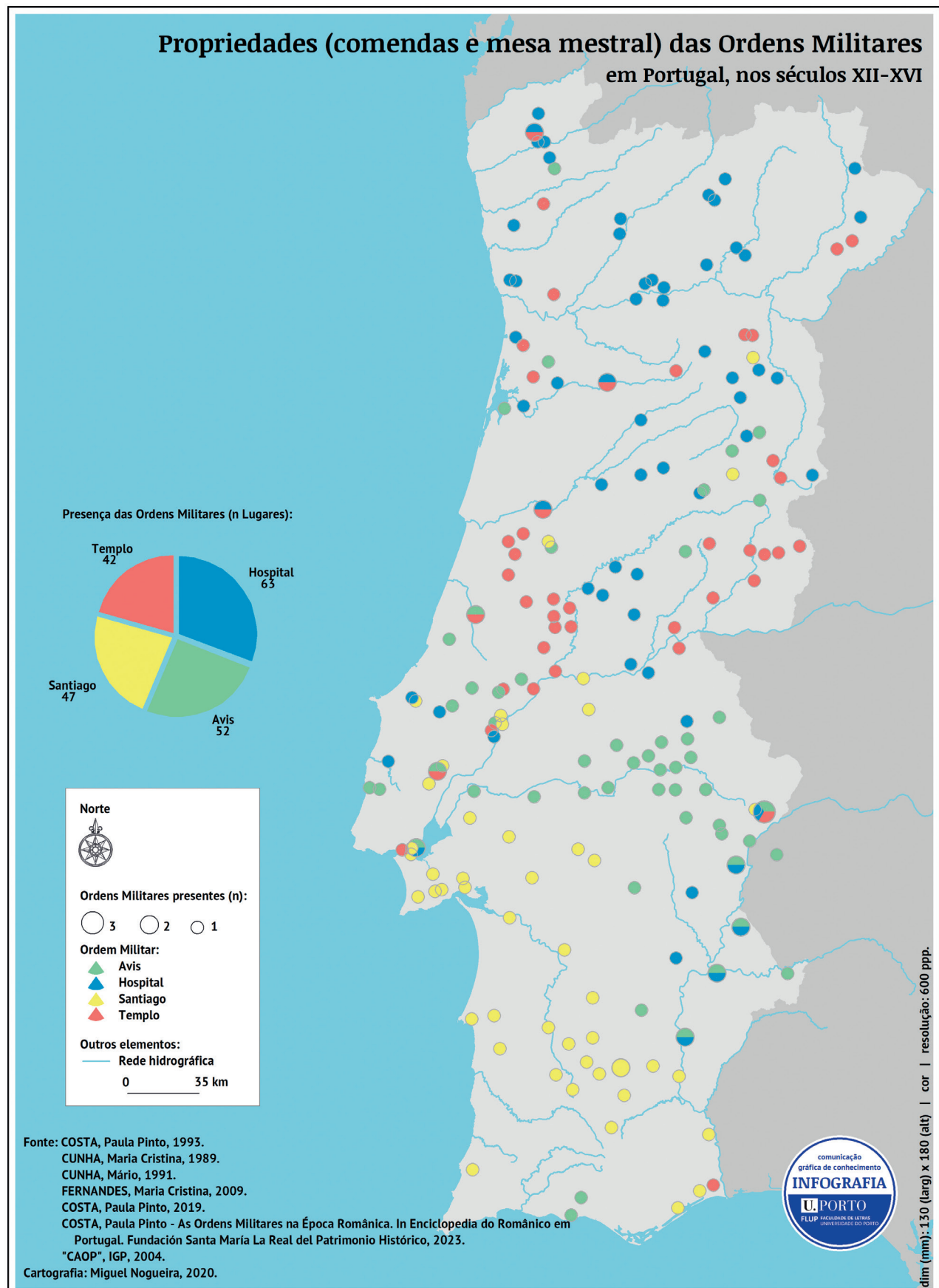


teve lugar a intensificação das peregrinações em direção à Terra Santa em função do domínio político e militar exercido pelas forças ocidentais, a consequente proliferação e a disseminação de relíquias, o desenvolvimento das viagens em geral, o progresso do comércio e da construção naval, ambos com impacto ao nível da criação de riqueza e da diversificação das suas fontes de acumulação, e o aumento da interseção das mais diversas influências culturais cristãs, bizantinas, judaicas e árabes. Todos estes fatores constituíram estímulos ímpares para a renovação do modo de encarar a vida, para a inovação, para a criação artística e para a abertura a novos mundos. Foi por essa mesma altura que uma nova forma de expressão arquitetónica e artística, na sua globalidade designada por românico, se consolidou um pouco por toda a Europa e que recolheu um forte contributo das Ordens Militares implantadas neste horizonte. O significado deste processo é espantoso. Deu-se lugar à construção intensa de edifícios de prestígio que transformaram a paisagem e proporcionaram uma mudança de condições para a prática religiosa e para a vivência espiritual. Deste modo, mesmo separados por grandes distâncias físicas, alguns lugares adquiriram identificações profundas, contribuindo para o reforço do conceito de Europa. As manifestações arquitetónicas e artísticas, bem como as Ordens Religiosas (sejam elas monásticas, ou militares) aproximaram espaços muitos distantes e promoveram estruturas transversais que se sobrepuseram às divisões típicas das fronteiras político-diplomáticas.

Desde o momento fundacional, as autoridades do Condado Portucalense, nomeadamente as políticas e as religiosas, deram mostras da valorização da ligação à Europa transpirenaica e da incorporação de experiências além-fronteira. De um modo especial, é bem conhecido o elo que existia entre o Condado Portucalense e a Borgonha, de onde era originário o próprio conde D. Henrique, e a profunda dependência para com a Santa Sé. Também com os reinos peninsulares as relações eram intensas, como é natural. Estas áreas geográficas tinham, de facto, grandes ligações a Portugal e a evolução histórica que lhe estava subjacente foi o suporte da similitude entre algumas manifestações artísticas. É comum aceitar-se que o românico foi a primeira forma de expressão arquitetónica e artística transversal ao espaço europeu e que, em simultâneo, conheceu uma diversidade regional indiscutível, perdurando entre os séculos X e XV.

A chamada época românica foi um tempo crucial na história das Ordens Religioso-Militares. Estas instituições tiveram origem em Jerusalém com antecedentes que remontam a meados do século XI, no caso dos Hospitalários, ou aos primórdios do século XII, no caso dos Templários. A Ordem do Hospital radicou numa tradição comercial, assumida em grande parte pelos homens de negócio de Amalfi (costa sudoeste de Itália) que, pelo menos desde o século VIII, tinham contactos regulares com o Mediterrâneo oriental. Uma vez chegados aos portos do litoral, dirigiam-se a Jerusalém, onde permaneceriam durante algum tempo e onde era necessário dispor de instalações de abrigo. Para o efeito, instituíram uma casa, onde eram prestados cuidados assistenciais, não só a estes viajantes, mas também aos peregrinos que aí procurassem acolhimento. Esta raiz filantropa é a matriz da nova Ordem que se singularizou pela ação caritativa e apoio assistencial em benefício sobretudo dos carenciados e dos peregrinos.

A Ordem do Templo teve um perfil muito distinto. Despontou no ambiente conflituoso que caracterizou a primeira cruzada e assentou num ideal cavaleiresco típico da cultura aristocrática dessa altura. O seu objetivo primordial era a defesa da Terra Santa em geral. Algumas pessoas provenientes da Europa, impelidas por estas circunstâncias, rumaram em direção à Terra Santa. Como recorda Alain Demurger (2006, pp. 32-35), um deles foi Hugo de Payns, da região francesa de Champanhe, que visitou a Terra Santa por volta de 1104-1107 e de 1114-1115 e que viria a ser o primeiro mestre da Ordem do Templo, e outro foi Godofredo de Saint-Omer, oriundo da zona junto ao canal da Mancha. Estes homens, acompanhados por alguns outros, receberam da mão do rei de Jerusalém, Balduíno II, umas instalações na antiga mesquita al-Aqsa, que se encontrava sobre o palácio do Templo de Salomão. Assim, a instituição recebeu a designação de "Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão". Em síntese, na cidade de Jerusalém pelos inícios do século XII, passou a haver duas Ordens Militares – a do Hospital



Mapa das propriedades das Ordens Militares em Portugal nos séculos XII-XVI

e a do Templo –, inovadoras e pioneiras no quadro institucional da Igreja e muito diferentes entre si. A primeira muito focada na prestação de cuidados do foro social e a segunda apostada em fazer a guerra em nome da defesa dos lugares sagrados.

As Ordens Militares seriam legitimadas pela Santa Sé um pouco mais tarde como era hábito nessa altura. A Ordem do Hospital ou de S. João de Jerusalém recebeu a bula fundacional, conhecida pela expressão *Piae postulatio voluntatis*, datada de 15 de fevereiro de 1113 (LE ROULX, J. D., 1894, I, pp. 29-30). Por sua vez, a Ordem do Templo, bastante depois de ter sido a beneficiária de um magnífico texto de exortação da sua própria missão, escrito por Bernardo de Claraval – o *De laude novae militia* (*Elogio da nova cavalaria*) –, provavelmente ainda antes do concílio de Troyes de 1129, na opinião de Alain Demurger (2006, p. 68), altura em que viu passado a escrito o seu *modus vivendi* ou regra primitiva, receberia do papa Inocêncio II a bula *Omne datum*, datada de 29 de março de 1139, com a explicitação dos privilégios e a definição da sua atuação jurisdicional (HIESTAND, R., 1972, pp. 204-210.).

Numa fase primordial da sua história, estas Ordens disseminaram-se por praticamente toda a Cristandade. Foram, deste modo e antes de mais, um contributo decisivo para a criação e consolidação de conceitos e de expressões transversais ao espaço europeu. Foram autênticas instituições internacionais ou supranacionais, que acabaram por ser a matriz de outras suas congêneres. Calatrava (em Portugal, com a designação de Avis) e Santiago reproduziram, à escala ibérica, este promissor modelo de Ordem Religioso-Militar proveniente da Terra Santa e representado pelas do Hospital e do Templo. Apesar de a inspiração ser a mesma e de todas pertencerem à mesma categoria de Ordens, todas elas tinham um perfil singular e fizeram percursos históricos únicos.

A precocidade da instalação das Ordens do Hospital e do Templo em Portugal é notável. Aqui reuniam-se condições excecionais para que assim fosse. Tratava-se de um território de dominação dividida entre cristãos e muçulmanos (estes últimos por via dos Almorávidas), rapidamente assimilado a um território de cruzada, e sobre o qual se pretendia consolidar a autoridade governativa e política do Condado Portucalense, incapaz de por si só conseguir executar um projeto que se ia tornando cada vez mais ambicioso. As Ordens Militares davam prestígio ao Condado, reforçavam a sua visibilidade e respeitabilidade externas e contribuía para a eficácia da sua ação militar. A fixação das Ordens na Península traduzia também outras vontades. Antes de mais, delas próprias. O seu objetivo primordial era atrair vocações e captar recursos materiais e financeiros que pudessem reforçar a sua posição na Terra Santa e no Oriente Latino em geral. A Igreja, e em particular a Santa Sé, também era parte interessada no assunto, pois tinha aqui uma oportunidade de lograr a expansão da Cristandade e de manifestar poder frente às entidades monárquicas em formação. Nesta conjuntura é significativa a determinação de Ricardo, bispo de Albano e legado apostólico, de obrigar os prelados diocesanos hispânicos a colocarem sob a sua proteção o Hospital de Jerusalém e a não interferirem nos benefícios que os fiéis lhe faziam (LE ROULX, J. D., 1894, I, pp. 12-13). Em matéria de Ordens Militares a Península Ibérica estava na vanguarda. O entusiasmo que a aristocracia tinha em relação à cruzada, à guerra e à possibilidade de dominação de novas terras e de aumento dos vassallos sob a sua dependência eram pontos fortes nessa conjuntura. O patronato exercido por algumas famílias em estreito compromisso com as Ordens Militares consolidou interesses conjuntos. As Ordens Militares eram bastante atrativas e num curto espaço de tempo tornaram-se parte integrante da história do reino português.

No ainda Condado Portucalense, a Ordem do Hospital foi sediada, muito provavelmente em 1112, numa igreja antiga e pequena em Leça do Balio (concelho de Matosinhos) e estrategicamente localizada nos circuitos de peregrinação que convergiam para Santiago de Compostela, como foi salientado num trabalho já publicado. A missão socio-caritativa dos Hospitalários constituiu o elemento chave do seu perfil e a condição determinante para a sua inserção na história do noroeste peninsular. Tiveram o patrocínio da condessa D. Teresa e do bispo D.

Igreja de Leça de Balio (Matosinhos), propriedade da Ordem do Hospital desde cerca de 1112 a 1835. O edifício foi completamente renovado na primeira metade do século XIV (Foto MLB)



Hugo que recebeu a recém restaurada diocese do Porto, processo este que decorreu entre em 1112 e 1114, depois de ter sido arcediogo de Diogo Gelmirez, bispo de Compostela. Também no ano de 1112 morreu o conde D. Henrique, o que facilitou a primazia dos interesses galegos sobre o território portugalense. Nesta altura, a Ordem do Hospital não escondia o seu interesse no noroeste peninsular, objetivo que perduraria ao longo do tempo. Note-se que em 1140, havia um prior da Galiza e de Portugal que atuava sob uma área jurisdicional bastante ampla, decorrente da dimensão assistencial dos freires e do seu aproveitamento no contexto da atração exercida por Santiago de Compostela enquanto destino de peregrinação (COSTA, P. P., 2012, pp. 69-82).

Por coincidência, na Terra Santa as mudanças também eram enormes. Em 1114, os emblemáticos cónegos do Santo Sepulcro, que eram a principal autoridade cristã instalada no cerne da cidade de Jerusalém, abandonaram a vida secular e passaram a viver sob a regra de Santo Agostinho, assumindo uma vida regular e mantendo a dedicação aos ofícios litúrgicos nesse lugar carismático. Hospitalários e Templários, numa fase remota da sua organização, viveram naturalmente sob a proteção eclesiástica destes religiosos.

Em Portugal, a partir de Leça do Balio, os Hospitalários irradiaram-se para a zona norte do reino e fizeram coincidir as sedes de algumas das suas comendas com os circuitos de peregrinação a Compostela, em sintonia com a missão da instituição no seu todo. Só mais tarde, já na década de 90 do século XII, é que os Hospitalários em Portugal foram obrigados a assumir pela primeira vez um papel militar na linha do Tejo. O envolvimento na guerra já tinha sido incorporado pela Ordem em virtude do contexto que caracterizava os territórios onde se situava a sua sede conventual em torno da Terra Santa. As incursões almóadas foram a razão que levou D. Sancho I esta fixar a Ordem na *Guidimtesta* (concelho de Gavião), junto à margem norte do

rio Tejo, em 1194, com a exigência de construção de um castelo designado Belver (*Documentos de D. Sancho I*, doc. 73, pp. 112-113), à imitação do que a Ordem possuía no que é hoje Israel. O desejo de reprodução do Oriente Latino tornava-se evidente. A partir deste ponto, a Ordem adquiriu territórios a Sul e prolongou o seu senhorio para o Alto Alentejo, em torno do Crato no século XIII (TT, *Gav. VI*, m. ún., nº 22) e da Flor da Rosa, já na centúria seguinte (TT, *L.N., Guadiana*, l. 8, fls. 69-69v). Estes dois últimos topónimos foram também espelho da aspiração de imitação do horizonte mediterrânico.

No Condado Portucalense, a Ordem do Templo foi sediada no castelo de Soure no ano de 1128, graças a uma doação feita por D. Teresa (*DMP, DR*, doc. 79). Soure estava até então sob a tutela de Fernão Peres de Trava, aristocrata galego comprometido com D. Teresa, mas que abdicou do domínio sobre essa terra em prol dos Templários. É muito provável que já antes de se instalarem em Soure, alguns desses homens se encontrassem em Braga, possivelmente a partir do ano de 1122, onde procurariam apoios e condições de instalação no extremo ocidental da Península Ibérica (COSTA, P. P., 2019, pp. 74-76). Há indícios de que D. Teresa se empenhou no sentido de que estes indivíduos alcançassem esse desejo. Pelos anos de 1126-1128, D. Teresa doou-lhes Fonte Arcada, em Penafiel, envolvendo várias figuras particulares, através de dezoito concessões previstas nesse diploma (*DMP, DR*, doc. 77). Mas, o certo é que a fixação em Soure, com base na doação de março de 1128, representou uma espécie de consagração que implicaria enormes exigências. Soure era terra de fronteira, exposta e fazia parte da estrutura de defesa que, à distância, protegia a cidade de Coimbra. Esta doação coincidiu com dois outros episódios que tiveram lugar no reino Franco e que tinham relação entre si. Por um lado, era tornado público o *De laude novae militiae* e, por outro, iniciava-se o concílio de Clermont, onde era validada a regra da Ordem do Templo, pelo ano de 1129. A título de referência, registre-se que em Portugal a famosa batalha de S. Mamede foi travada em junho de 1128 e que foi decisiva para os tempos que se seguiram. A sincronia destes acontecimentos foi determinante.

A partir de Soure, os Templários expandiram-se em dois sentidos, atingindo a fronteira de Trás-os-Montes com o reino leonês e o vale do rio Tejo, num processo relativamente rápido. Em 1145, receberam os castelos transmontanos de Penas Róias e Mogadouro, bem como o de



Ruínas do castelo de Belvoir, também chamado Kochav ha Yarden (Estrela do Jordão), da Ordem dos Hospitalários. Esta fortaleza serviu de modelo para a construção do castelo português de Belver (Foto JNG)



Castelo de Mogadouro, doado pelo rei D. Afonso Henriques aos Templários em 1145
(2008, Direção Regional de Cultura do Norte©, fotografia de Francisco Piqueiro - Foto Engenho - Projectos e Serviços de Fotografia, Lda.)

Longroiva, já a sul do rio Douro (BARROCA, M. J., 2002). A ida para Sul foi resultado da cooperação com D. Afonso Henriques na conquista de Santarém, sendo gratificados com a concessão dos direitos eclesiásticos da vila em 1147, precisamente o ano da sua conquista (DMP, DR, doc. 221). A partir dos anos 50, a situação dos Templários em Portugal transformou-se de uma forma radical fruto da ação ímpar de D. Gualdim Pais, mestre da instituição até à sua morte em 1195. Era um homem muito experiente e comprometido com a estrutura central da Ordem e com o monarca, duas circunstâncias determinantes para a evolução da Ordem. A grande área de ação dos freires foi a zona centro. Em Pombal, deram início ao castelo em 1156 (BARROCA, M. J., 2000, vol. II, tomo 1, pp. 348-361, inscrição 136), três anos mais tarde, receberam Ceras, espaço onde construíram o famoso castelo de Tomar ao longo da década de 60 com a intenção de aí instalar a sede da Ordem do Templo em Portugal (BARROCA, M. J., 2000, vol. II, tomo 1, pp. 271-276, inscrição 104). A área senhorial de domínio da Ordem prolongou-se pelo vale do rio Zêzere em direção à fronteira beirã, onde, depois de D. Afonso II lhes ter doado a terra de Cardoso, fizeram de Castelo Branco um ponto essencial da história da Ordem (TT, L.N., *Livro dos Mestrados*, fls. 75-77v).

A precocidade da fixação dos Hospitalários e dos Templários no extremo ocidental da Península Ibérica é compreensível no contexto histórico do Condado Portucalense. Por um lado, determinadas forças políticas e religiosas pretendiam o reforço da ligação à Galiza, o que era razão suficiente para justificar a promoção de uma estrutura de apoio à peregrinação com destino a Compostela, domínio em que se destacaram os Hospitalários; por outro lado, era necessário acautelar o território mais meridional e vulnerável do condado e proteger a cidade de Coimbra, missão que os Templários assumiram de imediato. Estas medidas políticas tiveram repercussões internas e externas. Nesta conjuntura, algumas personalidades célebres e outras



Castelo-convento de Tomar. Em 1159 D. Afonso Henriques entrega este lugar a D. Gualdim Pais, mestre dos Templários portugueses, para instalar a sede da Ordem do Templo em Portugal (Foto JNG)



Castelo de Alcácer do Sal, doado por D. Sancho I à Ordem de Santiago em 1186 (Foto JNG)

figuras anónimas terão feito viagens a Jerusalém, ajudando a veicular o ideal que as Ordens Militares perfilhavam. Entre os exemplos mais famosos contam-se aqueles que foram encabeçados pelo conde D. Henrique, que poderá ter ido ir a Roma e a Jerusalém em 1102, pelo bispo de Coimbra D. Maurício que entre 1104 e 1108 permaneceu no oriente, por D. Telo, fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por S. Teotónio, que foi duas vezes ao oriente e por D. Sancha, filha de Afonso VI, que uma vez chegada a Jerusalém se dedicou ao serviço em prol dos peregrinos acolhidos pela Ordem do Hospital (MATTOSO, J., 2006, pp. 63-64). Vivia-se, pois, um ambiente propiciador deste tipo de atitudes.

As Ordens de Santiago e de Calatrava, que em Portugal recebeu o nome de Avis, tiveram percursos restritos ao quadro peninsular. Santiago teve origem leonesa e foi criada na sequência da tomada de Cáceres, no âmbito da reconquista. Em Portugal, a primeira doação que recebeu foi quase imediata e foi da iniciativa de D. Afonso Henriques, em 1172, e incidiu sobre a vila de Arruda dos Vinhos (DMP, DR, doc. 311). Santiago era uma instituição acabada de aparecer, sem experiência e que não inspiraria muita confiança a D. Afonso Henriques. Provavelmente o facto de se ter colocado sob a proteção de Santiago, precisamente aquele a quem se reconhecia a lenda de ser o *mata-mouros*, pode ter incentivado o rei português a enveredar pela viabilização da sua presença em solo português. Acresce ainda o facto de coincidir com o contexto próximo que antecedeu a outorga da bula *Manifestis probatum*. Ou seja, tendo-se instituído uma nova Ordem Militar no reino Leonês, D. Afonso Henriques não queria desiludir a Santa Sé e, de imediato, acolheu os novos cavaleiros no seu reino. Sem demora, estes freires foram chamados a lutar contra a vaga almóada que, desde esse ano de 1172, punha em risco os reinos cristãos peninsulares. Na década de 80, assumiram vários domínios, com destaque para os castelos de Almada, Alcácer e Palmela. Os documentos de doação sublinham com frequência o serviço prestado ao rei, elemento essencial na continuidade da defesa da linha do Tejo e do tráfego fluvial do Sado. A partir deste foco central, os Espatários prolongaram a sua ação em todo o Alentejo e Algarve, como documenta Mário Cunha (CUNHA, M. R., 1991). Santiago estaria conotada com uma atuação costeira de pendor atlântico, bastante significativa nas relações económicas e políticas que Portugal manteve com o norte da Europa e em particular com a área do Canal da Mancha.

Por último, os freires de Calatrava terão chegado a Portugal entre 1175 e 1176, aproveitando um período de tréguas com o califa lúcufo com quem se defrontavam no reino vizinho. Como recorda Cristina Cunha, começaram por ficar na chamada casa da freiria em Évora, porque eram necessários à defesa desta cidade, que constituía um ponto bastante isolado, e em 1211 receberam a localidade de Avis, onde instalaram a casa conventual (CUNHA, M. C., 1989). A partir daqui incorporaram este topónimo na sua designação, em sinal da estabilidade alcançada no novo reino. A Ordem de Avis ficou muito ligada ao território do Alto Alentejo, em sintonia com os objetivos da monarquia no contexto da reconquista.

Em síntese, entre cerca de 1112 e 1175-76, quatro Ordens Militares foram chamadas a Portugal. Independentemente das circunstâncias específicas que deram origem à fixação de cada uma delas e dos seus próprios planos estratégicos, foram a vontade e a iniciativa da família condal e de D. Afonso Henriques que viabilizaram o seu assentamento em Portugal e a sua projeção futura.

Ao que tudo indica, as Ordens Militares eram muito empreendedoras. Uma vez instaladas nas terras que lhes eram doadas, começavam a planear a sua intervenção. Construíam edifícios, atraíam povoadores, concediam forais, estabeleciam contratos de exploração da terra, encabeçavam operações militares ofensivas, entre outras tarefas que preenchiam o seu dia-a-dia. Sentiam a necessidade de transformar os espaços e os edifícios de instalação primordial para lhes imprimir a sua própria imagem de marca. Deste modo, e reinterpretando a sensibilidade românica dominante no seu tempo, as Ordens vão transformando esses espaços num processo de apropriação contínua dos mesmos, fazendo com que eles próprios de convertessem na sua imagem de marca e a reforçassem para o exterior.

Chamadas a dominar o território, foram estimuladas a construir distintas estruturas tanto no Oriente Latino como um pouco por toda a Europa. Contribuíram, sem dúvida, com diversos exemplares para a arquitetura românica, nas suas expressões religiosa, militar e civil. Igrejas, complexos conventuais, castelos, torres, muralhas, paços residenciais ou infraestruturas de apoio à circulação, como as pontes, contêm marcas do modo como as Ordens Militares interpretavam os paradigmas e os estímulos do românico. Mesmo que não tenham sido responsáveis pela sua construção integral, imprimiram marcas indeléveis a este património. Em Portugal, e numa cronologia muito distendida, coincidente com o que se pode considerar o ciclo medieval das Ordens Militares (c. 1112-1551), estas instituições organizaram os seus senhorios em cerca de 150 comendas e bens da mesa mestral, 50 castelos (BARROCA, M. J., 2002) e 300 igrejas (COSTA, P. P. e LENCART, J., 2017, pp. 57-69), embora nem todas estas edificadas por si. São números apenas aproximados, reflexo das evidências documentais e arqueológicas, e que têm a utilidade de indicarem uma ordem de grandeza e a relevância desse património à escala do reino português de então. Estas Ordens deram, de facto, um contributo decisivo para a organização do território, para o enquadramento da população e para a transformação da paisagem.

As Ordens Militares não se limitaram a absorver padrões correntes da arquitetura civil e religiosa. Tiveram de criar soluções inovadoras em resposta à missão que as caracterizava e aos objetivos que tinham de alcançar. Como é sabido, a arquitetura traduz conceitos, formas de estar e identidades profundas, circunstância que no caso das Ordens Militares foi determinante. Em Portugal foram pioneiras na construção de torres de menagem e de castelos muito singulares que traduziam a inspiração oriental, da cruzada, e conhecimentos técnicos também oriundos desse Mediterrâneo oriental. No domínio da arquitetura militar foram autoras de alguns dos edifícios de maior prestígio da época românica, como demonstra a obra de Mário Barroca (BARROCA, M. J., 2002). É de supor que as Ordens Militares tivessem os seus mestres de obra e os seus projetos ou desenhos e esquemas construtivos que iam replicando nos vários sítios que compunham o seu senhorio, como seria natural. Os Templários faziam torres de menagem com

Palmela, outro dos castelos dados por D. Sancho I em 1186 à Ordem de Santiago (Foto JNG)



planimetria e volumetria semelhantes entre si e construíam igrejas que se aproximavam da do Santo Sepulcro, como mostra a charola de Tomar. O paradigma da Terra Santa exerceu uma influência fortíssima em Portugal e, de um modo particular, foi veiculado pelas Ordens Militares com todo o afinco. Alguns freires faziam viagens e a sua mobilidade, por vezes forçada, no quadro institucional fê-los aplicar em Portugal experiências que absorveram tanto no Mediterrâneo oriental como nas distintas circunscrições em que se organizavam os seus domínios senhoriais. O seu modo de construção românico, com independência do local ou da região em que se inseria, apontava no sentido do que podemos designar de um românico orientalizado ou cruzadístico.

Faziam castelos de pedra, robustos, imponentes, guarnecidos com torres de menagem, com alambor, com hurdício, com barbacã, com caminhos de ronda e com soluções engenhosas que procuravam torná-los invencíveis, sobretudo porque contavam com pouquíssimos operacionais. De um ponto de vista tangível e prático, tinham em mente uma questão de defesa militar e de projeção senhorial. A este nível, o património edificado não pode deixar de ser interpretado como um sinal das contínuas rivalidades com os bispos e da afirmação senhorial e jurisdicional que mobilizava os freires. Mas, de um ponto de vista mais imaterial e simbólico, era a recriação do horizonte da cruzada e da Terra Santa que pretendiam atingir. Alguns topónimos das terras dominadas pelas Ordens Militares reproduziam este mesmo arquétipo. Esta aspiração de mimetização do Oriente Latino tem muito a ver com o modelo espiritual das Ordens Militares. Aliás, os inúmeros assentamentos por que se dispersavam mais não eram do que partes integrantes do todo de uma determinada Ordem e não células autónomas. Os Hospitalários e os Templários manifestaram esta consciência, ao implementarem estruturas muito centralizadas ao nível do governo e da gestão dos recursos humanos e materiais.

Mesmo depois de ultrapassada a fase mais intensa da guerra de reconquista, o que em Portugal se prolongou até meados do século XIII, as Ordens Militares continuaram a manifestar a sua identidade de um modo muito vinculado à guerra e à cruzada. Aliás, deram sempre muita

Évora. Nesta cidade os freires de Calatrava tiveram a sua primeira “casa da freiria” em Portugal, em 1175-1176 (Foto JNG)



importância a esta questão. Animadas pela memória das vitórias da batalha das Navas de Tolosa (1212) e da batalha do Salado (1340), as Ordens prosseguiram com esse ideal antigo, reforçado pela vitalidade da cruzada tardia sobretudo no cenário mediterrânico. Neste domínio, a Ordem do Hospital foi paradigmática e de uma fase mais tardia há algumas manifestações sintomáticas. Entre elas, destacam-se a requalificação profunda de Leça do Balio entre 1306 e 1336, campanha que resultou num complexo monástico em que foram incorporados elementos arquitetónicos típicos de um ambiente de guerra sem, no entanto, existir uma justificação de teor prático e funcional para isso (COSTA, P. P. e ROSAS, L., 2001); a construção da igreja-fortaleza da Flor da Rosa a partir de 1341, em celebração da vitória do Salado, com exaltação de uma linguagem militar e senhorial (COSTA, P. P., 2013, vol. II, pp. 313-330); a construção do castelo da Amieira entre 1356 e 1362 também sem uma necessidade militar aparente (BARROCA, M. J., 2002, pp. 535-548). São todas campanhas programáticas e que comportavam uma dimensão de refundação da própria instituição. No caso concreto da Ordem do Hospital, mais do que a adesão às novas roupagens do gótico e um abandono progressivo do românico, tratou-se do reforço da manifestação de uma identidade militar e cruzadística que a Ordem queria reafirmar no século XIV, um tempo de grandes adversidades e de pressão resultante do facto de a Ordem do Templo ter sido suprimida em 1312 e de a Ordem de Cristo ter sido criada em 1319. A Ordem do Hospital em Portugal estava a construir já com traços góticos, sem, contudo, abandonar o paradigma cruzadístico, com tudo o que essa época significou. Não queria, pois, abandonar esse passado que lhe garantia identidade. As Ordens Religioso-Militares tiveram associada uma imagem de marca muito forte e, sobretudo ao nível da arquitetura militar, contribuíram para transformar a paisagem e para alimentar determinados modelos. Personalizavam os seus edifícios com a aposição de insígnias identificativas, regra geral as cruzes, o mesmo acontecendo com as suas igrejas e até com os marcos que usavam para assinalar as delimitações das suas propriedades.

Por fim, a Ordem de Cristo conheceu uma origem e uma evolução muito peculiar quando comparada com as outras congéneres que coexistiam em Portugal. Foi oficialmente instituída



Castelo de Amieira do Tejo, construído pela Ordem do Hospital entre 1356 e 1362 (Foto Vitor Oliveira, CC BY-SA 2.0)



Cruzes da Ordem de Cristo na charola do convento de Tomar. A partir de 1319, esta ordem assumiu todas as propriedades dos Templários em Portugal (Foto JNG)

no dia 14 de março de 1319, pela bula *Ad ea ex quibus* (*Monumenta Henricina*, vol. I, doc. 61, pp. 97-110), na sequência da supressão da Ordem do Templo em 1312 (SILVA, 1997). Trata-se, porém, de uma instituição com uma identidade própria e com um modo de vida específico, plasmado em diversos documentos normativos. Segundo a bula fundacional, devia organizar-se de acordo com a regra e as ordenações da Ordem de Calatrava e devia submeter-se à correição e visitação do abade cisterciense de Alcobaça. O propósito desta nova Ordem era a prossecução da cruzada em territórios situados para além da fronteira portuguesa. Estes freires, depois de terem ficado com a obrigação expressa na bula fundacional de fixarem a casa conventual em Castro Marim, no troço final do rio Guadiana, justamente o ponto mais próximo do estreito de Gibraltar, um cenário por excelência de pirataria e corso e de confronto religioso e cultural entre cristãos e muçulmanos, acabariam por fazer de Tomar a sua sede icónica, que era precisamente o mais notável dos castelos dos tempos áureos da cruzada e da reconquista. A Ordem de Cristo, apesar de ter sido instituída já numa fase tardia, não prescindiu do passado cruzado e foi mesmo uma das manifestações mais emblemáticas no contexto da chamada cruzada tardia. Esta Ordem foi também uma demonstração do enraizamento da ligação à coroa, que foi o traço mais significativo da evolução tardo-medieval das Ordens. Este processo implicou a progressiva adaptação à intervenção régia e à consequente perda de autonomia destas instituições.



Cúpula do Santo Sepulcro de Jerusalém. Este edifício serviu de modelo para a construção da charola do convento templário de Tomar (Foto JNG)

No momento em que o românico perdia expressão ativa, as Ordens Militares em Portugal entravam numa fase derradeira de transformação, forçada pela monarquia, que as converteu em instituições adaptadas à Modernidade.

Bibliografia

ANTT, *Gaveta VI*, m. único, n.º 22; ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, l. 8, fls. 69-69v.; ANTT, *Leitura Nova, Livro dos Mestres*, fls. 75-77v.; COSTA, P.P., 2012, pp. 69-82; COSTA, P.P., 2013, pp. 313-330; COSTA, P.P., 2019; COSTA, P.P. e LENCART, J., 2017, pp. 57-69; COSTA, P.P. e ROSAS, L.M.C., 2001; CUNHA, M.C.A., 1989b; CUNHA, M.R.S., 1991; DEMURGER, A., 2006; DS; DMP, DR; HIESTAND, R., 1972; LE ROULX, J.D., 1894; MATTOSO, J., 2006; MON. HENR.; SILVA, I.L.M.S., 1997, pp. 5-126.